



PROCESSO N.º : 50.303-7/2023
PRINCIPAL : INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - INDEA
ASSUNTO : CONTAS ANUAIS DE GESTÃO ESTADUAL – EXERCÍCIO DE 2022
RELATOR : CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF

DECISÃO

Trata-se de Processo de Contas Anuais de Gestão do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso - Indea, referente ao exercício financeiro de 2022, autuadas em conformidade com o Plano Anual de Atividades – PAT/2023.

Durante a instrução processual foram acostados aos autos documentos da Controladoria Geral do Estado¹ em cumprimento à Resolução Normativa n.º 12/2017–TP e à Instrução Normativa CGE n.º 03/2017; Monitoramento das Recomendações oriundas dos trabalhos de auditoria e controle; Relatórios de Monitoramento n.º 44/2022² e n.º 101/2021³; e Relatório de Avaliação do Controle Interno n.º 0011/2022⁴, que versa sobre Relatório de Auditoria de Avaliação de Controle Interno de interesse do Instituto, a serem analisados pela Unidade Técnica.

Sequencialmente, o processo foi remetido à 4ª Secretaria de Controle Externo que, de acordo com o Despacho do Secretário de Controle Externo⁵, informou que, apesar da alta produtividade do setor e do fato dessas Contas constarem do Plano Anual de Atividades para o exercício de 2023, não foi possível concluir a instrução e julgamento dos autos, motivo pelo qual sugeriu:

Dessa forma, sem vislumbrar qualquer prejuízo a produtividade do setor, **sugere-se** o arquivamento do processo, **sem resolução de mérito**, ante a iminência do recesso de final de ano ou Portaria nº 160/2023 da Presidência e se, não for este o entendimento do eminente Conselheiro, **subsidiariamente, sugere-se** a devolução dos autos a essa unidade para a sua instrução prioritária no início do exercício de 2024.

¹ Documento digital 8741/2023;

² Documento digital 195741/2022;

³ Documento digital 109722/2022;

⁴ Documento digital 187633/2023;

⁵ Documento digital 289169/2023;





Na forma regimental, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas⁶ que, por meio do Parecer n.º 108/2024, da lavra do Procurador de Contas William de Almeida Brito Júnior, manifestou-se pela continuidade processual, conforme solicitado pela própria equipe de auditoria, em pedido subsidiário.

Em sintonia com o Parecer Ministerial, compreendo que não foi apresentado fato impeditivo ou modificativo que viesse alterar o PAT/2023, bem como não foi narrado qualquer prejuízo à produtividade do setor, motivo pelo qual acolho o Parecer n.º 108/2024 e **determino a devolução do processo à 4ª Secretaria de Controle Externo** para a sua instrução prioritária no presente ano.

Tribunal de Contas de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 16 de fevereiro de 2024.

(assinatura digital⁷)

Conselheiro GUILHERME ANTONIO MALUF
Relator

⁶ Documento digital 410057/2024;

⁷ Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006.

